



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

RELATÓRIO E PARECER

**DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Condor-RS, venho apresentar Relatório e Parecer sobre as contas do Poder Executivo, relativos ao **exercício de 2018**, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 113, inciso I, letra “b” da Resolução nº 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado, com a redação que lhe deu a Resolução nº 591, de 10 de abril de 2002.

1. Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.176/2001 de 08/03/2001, regulamentada pelo Decreto nº 087/2001 de 15/10/2001, tendo sido designados seus membros pelas Portarias nºs 431/2002 de 30/10/2002 e nº 435/2002 de 31/10/2002, sendo reconduzidos ao cargo para um novo mandato de dois anos, de acordo com as Portarias nºs 467/2004 e 468/2004 de 29/10/2004, reconduzidos ao cargo para um novo mandato de dois anos de acordo com as Portarias nºs 297/2006 e 298/2006, reconduzidos para um novo mandato de dois anos de acordo com as Portarias nºs 298/2008 e 299/2008 de 31/10/2008, reconduzidos para um novo mandato de dois anos de acordo com as Portarias nºs 392/2010 e 393/2010, sendo prorrogados seus mandatos até 31 de dezembro de 2012, de acordo com as Portarias nºs 429/2012 e 430/2012, prorrogados seus mandatos até 30 de abril de 2013, de acordo com as Portarias nºs 018/2013 e 019/2013, sendo prorrogados seus mandatos através das Portarias nºs 183/2013 e 186/2013, Portarias nºs 024/2015 e 025/2015 e Portarias nºs 029/2017 e 030/2017, cujo mandato encerrou-se em 30 de novembro de 2017, assumindo então a Servidora nomeada em Concurso Público Aline Thielke, conforme Portaria de nomeação nº 317/2017.

2. A Unidade Central de Controle Interno desenvolveu suas atividades, no **exercício de 2018** da seguinte forma: Foram emitidos 15 ofícios, emitidos 05 pareceres sobre Adiantamento do Município e 11 Relatórios, e enviados ao Poder Executivo juntamente com as recomendações, visando a sanar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas. Entre as recomendações feitas, salientam-se as seguintes:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Relatório 01/2018 – Secretaria da Administração; Departamento de Patrimônio

Ao realizar uma análise geral das questões relativas ao Patrimônio do Município, percebeu-se a carência de controle sobre os bens patrimoniais, gerando informações e dados que não correspondem a realidade atual do patrimônio da entidade. Sendo que inclusive não foi possível realizar os procedimentos de auditoria de forma completa, considerando que não foram disponibilizados todos os documentos necessários para a realização dos procedimentos de auditoria.

Sendo assim não foram realizados os seguintes procedimentos: Conferência dos bens imóveis cadastrados no sistema de patrimônio com os bens imóveis registrados no Registro de Imóveis do município (a despesa para emissão de certidões atualizadas não foi autorizada pelo executivo); Conferência dos Termos de Cedência de Bens; Conferência dos Laudos da Comissão de Patrimônio referentes a baixa de bens inservíveis; Conferência dos Termos de Transferência de Bens entre os setores e Conferência das listas de bens por secretaria, assinadas pelos respectivos responsáveis.

Foram realizados portanto, os procedimentos de auditoria de acordo com relatórios do sistema e auditorias *in loco*, sendo constatadas as seguintes irregularidades descritas de forma breve a seguir. Constando ainda as recomendações por parte da UCCI para cada irregularidades encontrada.

1) Falta de capacitação profissional ao responsável pelo setor de patrimônio. **Recomendação:** realização de cursos pelo(a) responsável do setor de patrimônio, de modo a ampliar seus conhecimentos sobre o assunto otimizando as práticas de controle realizadas.

2) Bens patrimoniais sem a placa de identificação com o respectivo número de registro. **Recomendação:** identificar todos os itens do patrimônio através da respectiva placa de identificação de cada item, lembrando que a placa deve estar visível e de fácil acesso. Ter como rotina ao cadastrar os itens novos no sistema, já providenciar a colocação das placas nos mesmos. E ao realizar o inventário físico periódico já fazer esta verificação e providenciar as placas para aqueles itens que ainda não a possuem.

3) Não foi realizado o inventário físico dos bens patrimoniais no ano de 2017. **Recomendação:** realização de inventários físicos periódicos, por unidades e órgãos, contemplando todo o patrimônio do município, pelo menos uma vez ao ano. Podendo ser realizado um programa de inventariar, de modo que a cada mês seja inventariado um órgão.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

4) Erros de cadastro no sistema patrimonial, sendo alguns bens móveis lançados como imóveis.

Recomendação: Analisar e providenciar as correções em relação aos itens discriminados no relatório lançados de forma incorreta.

5) No exercício de 2017 a depreciação não foi apropriada mensalmente, sendo lançada apenas no mês 12/2017, no valor total de todo ano de 2017. **Recomendação:** Após lançar todos os itens novos adquiridos e as possíveis baixas realizadas no mês, realizar mensalmente a depreciação dos itens do Ativo Imobilizado.

6) Constatou-se que os relatórios do sistema patrimonial se encontram desatualizados, sendo que diversos bens não foram encontrados nos departamentos que deveriam estar. Contatou-se ainda que não existe controle da movimentação do patrimônio, entre os setores e departamentos. **Recomendação:** Elaborar de forma contínua as listas de bens por secretarias e órgãos. Estas listas poderão auxiliar no processo de manter o patrimônio atualizado, e também de elencar um responsável para cada departamento que vai informar o Setor de Patrimônio sobre possíveis alterações que venham a ser realizadas. Essas listas podem ser impressas diretamente do sistema, devendo ser conferidas pelos responsáveis de cada departamento e posteriormente assinadas pelos mesmos, devendo permanecer arquivadas no setor de patrimônio.

7) Verificou-se que não é lançado valor residual para os bens que são depreciados. **Recomendação:** Observar o valor residual dos itens a serem depreciados, os quais devem ser definidos juntamente ao setor de contabilidade e os departamentos competentes de modo que se possa chegar a um percentual de valor residual o mais próximo da realidade para cada conta contábil.

8) Constatou-se que estão registrados no patrimônio alguns bens que poderiam ser considerados bens de consumo, considerando seu valor e sua vida útil. (Ex. Perfurador, Martelo, Grampeador, Fruteira de Plástico, Pen Drive, Térmica de Inox). **Recomendação:** Verificar no momento da realização do inventário físico periódico, aqueles bens cadastrados que se caracterizam como bens de consumo. E analisar junto a contabilidade como se pode proceder para ajustar ou não este itens. Ao cadastrar os itens no sistema patrimonial, realizar esta análise, se o bem em questão realmente possui todas as características de um item patrimonial.

Providências tomadas: Em relação aos ofícios emitidos cabe ressaltar que no dia 20/02/2018 a Unidade Central de Controle Interno recebeu o comunicado da Secretaria da Administração, em



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

resposta aos ofícios 01/2018 e 03/2018, no qual se afirma que existe o planejamento para realização do inventário físico do patrimônio e também previsão de realização de concurso público no ano de 2018, objetivando entre outros, que a ocupação de responsável pelo patrimônio seja exercida de forma permanente por servidor de carreira. Já em relação aos demais procedimentos não realizados devido a falta de documentos, cabe ressaltar que não foram recebidos por esta unidade nenhum dos documentos solicitados e nem autorizada a despesa para realização do procedimento de conferência dos bens imóveis registrados no Registro de Imóveis com aqueles cadastrados no sistema patrimonial. Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 02/2018 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento; Departamento de Contabilidade

Constatou-se ao realizar os procedimentos de auditoria convenientes que em alguns momentos não foram observados os princípios fundamentais da contabilidade nos lançamentos realizados. Sendo listados a seguir os pontos destacados no relatório e suas devidas recomendações para correção.

1) Ao realizar a verificação das conciliações contábeis, pode-se perceber que os saldos constantes no sistema contábil e os saldos dos extratos mensais possuem divergências. Constatou-se que as diferenças encontradas são relativas aos rendimentos, os quais foram lançados fora do período de competência, sendo lançado o rendimento mensal sempre no mês subsequente. **Recomendação:** Que os rendimentos relativos às aplicações financeiras das contas bancárias sejam lançadas nos períodos de competência correspondentes, de modo que os saldos encontrados no sistema da contabilidade fechem com os saldos dos extratos bancários. Assim como os saldos relativos a cheques a compensar também devem ser lançados em contas específicas, sendo realizado o lançamento de liquidação no momento de sua efetiva compensação.

2) Verificou-se que a depreciação que no ano de 2017 não foi lançada mensalmente como deveria, sendo lançada de forma total no mês 12/2017 (tema abordado no Relatório 01/2018). **Recomendação:** Que sejam observados os princípios fundamentais da contabilidade, em especial os princípios contábeis da OPORTUNIDADE E COMPETÊNCIA, de modo que as despesas e receitas sejam lançadas nos períodos em que efetivamente aconteceram. Lembrando que no caso de algumas despesas



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

(ex.: seguros, férias, 13º salário, entre outros) que são relativas a mais períodos, deve ser realizado o respectivo rateio, sendo a despesa apropriada mensalmente.

3) Em relação as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público a UCCI verificou que a única norma que a princípio não foi implantada é a NBC T 16.11 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO, a qual tem como objetivo conhecer os custos dos serviços realizados pelo município. **Recomendação:** Verificar a possibilidade de implantação da NBC T 16.11 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO, bem como os recursos necessários para tanto. Analisar os benefícios que a entidade poderá obter no caso de sua implantação.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 03/2018 – Secretaria da Administração; Departamento de Pessoal

Ao realizar os procedimentos de auditoria relativos ao Departamento de Pessoal, constatou-se que existem alguns problemas em relação aos controles realizados. Sendo que uma das principais questões é a falta de controle em relação aos estágios probatórios, seguido da falta de controle e programação das férias.

1) Foi realizado levantamento em 22/03/2018 dos servidores em estágio probatório e constatou-se que nos anos de 2017 e 2018 não constam boletins de avaliação (devidamente preenchidos e assinados) nas pastas dos servidores, os últimos boletins encontrados são de 2016, mas em alguns casos faltam boletins inclusive do final deste mesmo ano. Existem alguns casos críticos, nos quais já fazem mais de 12 meses que se encerrou o período de estágio probatório, e o mesmo ainda não foi concluído. **Recomendação:** Realizar as avaliações relativas aos estágios probatórios de forma ininterrupta, de modo que os boletins de avaliação sejam enviados aos chefes imediatos nos períodos de competência adequados, e os mesmos retornem ao departamento de pessoal após o término do período da respectiva avaliação. Que as avaliações sejam realizadas de forma criteriosa por cada chefe imediato de modo que seja um reflexo da realidade encontrada. Sendo que desta forma, possam ser evitados possíveis problemas futuros relativos a servidores que foram mal avaliados.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

2) Ao realizar o teste de pessoal por amostragem pode-se perceber que nem todas as pastas funcionais se encontram com a declaração de bens. **Recomendação:** Verificar quanto à obrigatoriedade da declaração de bens por parte de todo aquele que exercer função pública. Solicitar aos mesmos que esta seja disponibilizada e arquivada nas pastas funcionais anualmente ou então ainda nos casos de afastamento especificados por lei.

3) Verificou-se que algumas ferramentas disponíveis para controles específicos não estão sendo utilizadas. O sistema permite lançar informações em relação a qualificação profissional e programação de férias, cujos recursos não estão sendo utilizados no momento. Outra ferramenta que não é utilizada no momento é o manual de descrição de funções. **Recomendação:** Analisar as ferramentas de gestão de recursos humanos descritas acima e verificar a viabilidade de sua implantação.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 04/2018 – Gabinete do Prefeito; Apuração de Denúncia

A Unidade Central de Controle Interno diante de denúncia realizada junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em face da solicitação de informações registrada no Portal do Controle Interno com número de registro 010962-0299/18-5 no dia 07/03/2018, sendo realizado um questionamento nos seguintes termos: "APOS ACESSAR O PORTAL TRANSPARENCIA DO MUNICIPIO DE CONDOR, VENHO DENUNCIAR O EMPENHO NÚMERO: 693, COM DATA EMISSÃO: 30/01/2018. VISTO QUE O VALOR COBRADO PELA EMPRESA EDUARDO CHAGAS & CIA LTDA - ME, CNPJ 11.408.831/0001-13 É EXAGERADO PARA UM SERVIÇO TÃO RELEVANTE. VISTOS QUE O SERVIÇO SÃO FOTOS AÉREAS DE DRONE, COM O VALOR DE R\$ 700,00 O MUNICÍPIO PODERIA ADQUIRIR UM EQUIPAMENTO COMPLETO DE DRONE ONDE QUALQUER SERVIDOR PODERIA OPERA-LO. AINDA CONSULTANDO O CNPJ 11.408.831/0001-13 JUNTO AO PORTAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PODE-SE VER QUE A REFERIDA EMPRESA PRESTA SERVIÇOS NO RAMO REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCAÇÕES E AERONAVES, E SERVIÇOS DE



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

TRANSPORTES. O QUE NO MINIMO GERA UM CERTO RECEIO DE QUE HAJA IRREGULARIDADES QUANTO A ESSE E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR ESTA EMPRESA."

Considerando as informações solicitadas, a UCCI se dirigiu através do ofício 10/2018 no dia 16/05/2018 ao Gabinete do Prefeito, sendo solicitadas informações relativas ao empenho N° 000693 do fornecedor EDUARDO CHAGAS CIA LTDA. Dentre as informações solicitadas, pediu-se esclarecimentos sobre: de que forma ocorreu a contratação da empresa, se houve pesquisa de preço e a descrição detalhada dos serviços realizados. Conclui-se portanto, que houve de fato lapso por parte da administração ao contratar os serviços, não sendo realizada cotação de preços prévia a contratação, porem os valores pagos estão próximos aos valores de mercado. **Recomendação:** Que sejam observadas as especificações da Lei 8.666/93, Art. 26, parágrafo único, inciso III, na realização de compras e contratações de serviços. Realizando pesquisa dos preços praticados no mercado, devidamente formalizados através de orçamentos, buscando assim a economicidade dos recursos aplicados. Recomenda-se ainda a formalização através de Decreto de um valor mínimo, a partir do qual seja obrigatória a apresentação dos orçamentos, juntamente com a nota de empenho comprovando a pesquisa de preços no mercado, alertando todos os órgãos e secretarias sobre a questão, de forma que se tenha mais cautela na realização das compras e contratações de serviços, observando a legislação vigente e as recomendações realizadas.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 05/2018 – Secretaria Municipal da Saúde

Através dos procedimentos de auditoria realizados na Secretaria Municipal da Saúde constatou-se algumas irregularidades em relação as questões discriminadas a seguir. Sendo realizadas as devidas recomendações em relação as questões verificadas.

1) Diante dos significativos pagamentos realizados mensalmente a Sociedade Hospital Beneficente de Condor, constatou-se que a mesma não vem prestando contas em relação aos pagamentos realizados, principalmente em relação aos custos fixos discriminados nas faturas mensais,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

os quais correspondem a boa parte dos valores pagos. **Recomendação:** Que seja realizada prestação de contas periódica por parte da Sociedade Hospital Beneficente de Condor, considerando o montante dos recursos repassados pelo município nos últimos meses, de modo a evidenciar a situação financeira e econômica da entidade.

2) Compra de medicamentos nas farmácias locais, sem cotações de preços, os quais poderiam ser adquiridos através do CISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do RS, gerando assim menor onerosidade aos cofres públicos. **Recomendação:** Que as compras de medicamentos, sejam na medida do possível, realizadas através do consórcio do qual o município participa. E que nos casos em que se fizer absolutamente necessária a compra de medicamentos na farmácias locais, se busque pelo menor preço praticado, objetivando que se tenha uma maior economicidade dos recursos aplicados.

3) Constatou-se que não é realizado um controle efetivo dos estoques de medicamentos, com controle das quantidades exatas de cada medicamento, bem como das datas de seu vencimento. **Recomendação:** Que seja realizado o controle de estoques dos medicamentos da farmácia, de modo que sejam lançados todos os dados relativos a compras e posteriores saídas relativas a cada medicamento. Que as informações geradas através do correto controle de estoque dos medicamentos sejam utilizadas como base para as compras futuras, de modo que sejam observados os saldos em estoque e a demanda dos medicamentos a serem adquiridos.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 06/2018 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos - Iluminação Pública

Cabe destacar que o respectivo relatório se trata de uma análise dos dados contábeis relativos a Iluminação Pública Municipal, sendo verificadas as receitas, os custos e despesas realizadas, e seu comportamento ao longo dos períodos analisados. Chegando-se assim a análise dos resultados encontrados, de modo a alertar a administração pública a respeito. Não foram evidenciadas irregularidades em relação as questões verificadas. Verificou-se que não foi repassado a concessionária de energia elétrica, relatório por parte da Secretaria de Obras com relação atualizada do número de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

postes e potência das lâmpadas. **Recomendação:** Que seja concluído o levantamento a ser realizado pela Secretaria de Obras, com os dados relativos ao número de postes e a potência das lâmpadas de cada poste. Pois conforme pode-se verificar anteriormente, estas informações poderão gerar impactos positivos no resultado. Buscando assim soluções que possam trazer o equilíbrio para as contas em questão.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Relatório 07/2018 – Prestação de Contas das Diárias

Ao realizar esta análise, compreendendo o período de 02/01/2018 a 31/05/2018 constatou-se que não foi realizada a prestação de contas de boa parte das diárias pagas, ou então realizada de forma incompleta. Foi realizado ainda levantamento dos valores pagos ao longo dos últimos anos relativos a diárias e constatou-se um aumento significativo nos valores no período de 2017. **Recomendação: 1)** Que seja determinado prazo para a prestação de contas relativas às diárias pagas aos servidores. Sendo dada ampla publicidade em todas as secretarias. **2)** Que sejam prestadas contas de todas as diárias pagas aos servidores, contento a documentação completa, incluindo notas fiscais de café, almoço e jantar e hospedagem no caso de pagamento de diária inteira. Já no caso de pagamento de meia diária, deveram ser apresentadas pelo menos notas fiscais de duas refeições realizadas fora da sede. **3)** Que sejam usados os recursos disponíveis no sistema para controle das prestações de contas das diárias, de modo que não seja permitido pagamento de nova diária no caso de servidores que não tenham prestado contas da diária anterior. Considerando que o sistema permite este tipo de controle, e que este recurso não esta sendo utilizado no momento.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Relatório 08/2018 – Em fase de elaboração.

O respectivo relatório ainda se encontra em andamento, considerando que os dados auditados são de grande complexidade, exigindo ainda diversas auditorias *in loco*, as quais contribuirão de forma significativa para o atraso de sua conclusão. Sendo que a previsão de entrega do mesmo, é para o primeiro trimestre do ano de 2019.

Relatório 09/2018 – Secretaria do Desenvolvimento Social

Através dos procedimentos de auditoria realizados foram constatados lapsos nos controles realizados, sendo que em diferentes situações não foi observada a legislação vigente, principalmente em relação a concessão dos benefícios eventuais. Foram constatados ainda outros tipos de irregularidades e em relação a compras e contratação de serviços. Sendo as questões verificadas devidamente abordadas a seguir, juntamente com as recomendações convenientes.

1) Verificou-se que não existe controle de cadastro das famílias carentes para concessão dos benefícios eventuais, sendo os controles realizados através dos requerimentos de Benefício Social, nos quais constam dados incorretos, desatualizados e incompletos. **Recomendação:** Que se tenha registros de cada atendimento realizado as famílias beneficiárias, bem como verificação e atualização cadastral prévios a concessão dos benefícios. Estes controles, como o registro de cada benefício concedido (tipo, data e valor) servem como base para que se tenham controles adequados e efetivos, principalmente em relação aos prazos previstos em Lei.

2) Em relação aos benefícios eventuais concedidos pelo município, constatou-se alguns indícios de irregularidades em relação aos controles e procedimentos realizados. Verificando-se que não foram observados os prazos legais vigentes em relação a concessão dos benefícios de melhorias habitacionais. Também não estão sendo realizados o estudo socioeconômico por profissional do serviço social, ou então parecer técnico circunstanciado da situação socioeconômica familiar. E por fim, constatou-se ainda que alguns dos benefícios concedidos não estão devidamente autorizados por lei municipal. **Recomendação:** Que sejam observados os princípios e critérios para concessão dos benefícios eventuais, previstos no Art. 3 e 4 da Lei 2.467/2017. Bem como os prazos para concessão



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

de novo benefício eventual de melhoria habitacional, previsto no Art. 19 desta mesma Lei. Que sejam observados os demais artigos da Lei 2.467/2017, convenientes a cada tipo de situação, considerando o princípio da legalidade.

3) Constatou-se em relação a contratação de profissionais e empresas para prestação de serviços junto as oficinas do CRAS, que alguns destes profissionais não estão cumprindo com a carga horária semanal estipulada em contrato. **Recomendação:** Que sejam realizadas cotações de mercado para a contratação de serviços de terceiros (oficineiros), cujos valores servirão como base para definição dos valores a serem pagos para cada categoria profissional, considerando o princípio da economicidade. Que sejam realizados processos seletivos para a contratação de serviços de terceiros (oficineiros), considerando o princípio da impessoalidade.

4) Verificou-se irregularidades em relação a compras e contratações de serviços, com indícios de superfaturamento de documentos fiscais e fraude através de orçamentos de empresas. E falta de detalhamento de informações e transparência em relação a outros serviços contratados. **Recomendação:** Que sejam verificadas todas as irregularidades apontadas no relatório, de modo que sejam tomadas medidas imediatas para solução das mesmas, que seja considerada apuração e julgamento dos fatos, através de processo administrativo e processo de sindicância. Que sejam realizadas cotações de mercado (orçamentos) para as demais compras e contratações de serviços, de modo que seja observado sempre o princípio da economicidade nas despesas realizadas. Que se tenha maior transparência em relação as compras e contratações de serviços realizadas por esta Secretaria, de modo que existam informações detalhadas junto ao empenhos relativas aos tipos de itens, quantidades e valores unitários. De modo que seja observado o princípio da publicidade em relação as despesas realizadas.

5) Em relação ao controle da utilização de veículos, constatou-se que não existem dados completos nos diários de bordo, sendo verificado significativo aumento nas despesas com combustíveis.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Relatório 10/2018 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento; Setor de Cadastro e Tributação

Ao realizar os procedimentos de auditoria convenientes ao setor, constatou-se que existem lapsos de controle em relação a cobrança dos tributos que estão em atraso. Sendo discriminados a seguir os pontos abordados no relatório, bem como as respectivas recomendações.

1) Verificou-se que o único método utilizado na cobrança de tributos que se encontram em atraso é a cobrança judicial, demonstrando não ser muito eficiente e ágil. Após o encaminhamento para processo judicial não é mais repassado nenhum tipo de informação ao setor de cadastro e tributação sobre o andamento do processo, por parte do setor jurídico, sendo que não existe controle que comprove que de fato os processos foram ajuizados. **Recomendação:** Que sejam melhorados os controles em relação a cobrança dos tributos que se encontram vencidos. Melhorando a comunicação entre os departamentos, de modo que o Departamento Jurídico repasse ao Setor de Cadastro e Tributação informações em relação ao andamento dos processos, de modo que exista junto ao Setor de Cadastro e Tributação cópia de todos os comprovantes dos processos que já foram ajuizados. Que sejam considerados e utilizados os demais métodos de cobrança de tributos disponíveis, considerando que atualmente o único método utilizado é o da cobrança judicial. Com o objetivo de agilizar os processos de cobrança, principalmente em relação aos valores de menor número.

2) Constatou-se que dentre os principais devedores se encontram fornecedores do município, empresas de agentes políticos e servidores em cargo de confiança. Sendo que alguns destes possuem débitos de valores bem significativos junto ao município. **Recomendação:** Que seja fornecido ao Setor de Cadastro e Tributação pelo Departamento Jurídico, lista com relação de todos os processos ajuizados, com os respectivos nomes dos contribuintes, valor do débito e número do processo.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

**Relatório 11/2018 – Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Serviços e Turismo -
Prestação de Contas do Termo de Fomento 02/2018**

Foi realizada análise da prestação de contas do Termo de Fomento 02/2018 com a Associação Comercial e Industrial de Condor, tendo como objeto a realização da EXPOCON 2018, Feira da Indústria, Serviços e Agronegócio. Diante das inconsistências e discrepâncias encontradas foram solicitadas informações complementares, sendo encaminhado relatório de auditoria ao executivo com as questões verificadas e as devidas recomendações convenientes.

1) Verificou-se diversas irregularidades e inconsistências, como: Descumprimento do Plano de Trabalho e Contrato celebrado entre a Associação Comercial e Industrial de Condor – ACI e Support Agência e Produtora de Eventos LTDA, utilização de recursos do município para fins que já estavam previstos no plano de trabalho e o contrato entre as partes, e possível desvio de recursos e superfaturamento de Notas Fiscais. E ainda divergências entre o contrato celebrado e os documentos fiscais apresentados na prestação de contas, bem como inexistência da transparência e publicidade da mesma. **Recomendação:** Que sejam verificadas as irregularidades apontadas através de tomada de contas especial, sendo tomadas as medidas cabíveis de acordo com a Lei 13.019/2014 e em observância ao Art. 73 que trata das sanções administrativas a entidade. Que seja dada ampla publicidade a prestação de contas relativa ao Termo de Fomento 02/2018 com a Associação Comercial e Industrial de Condor – ACI, de acordo com o Art. 65 da Lei 13.019/2014.

Providências tomadas: Não houve comunicação formal das providências tomadas ou justificativa por parte do poder executivo em relação às irregularidades descritas no relatório.

Em análise efetuada nos procedimentos adotados pela Câmara Municipal de Vereadores, o Controle Interno concluiu, salvo juízo em contrário, que os procedimentos realizados pela Câmara Municipal de Vereadores transcorreram dentro da Legalidade. As ausências dos Vereadores nas Sessões foram justificadas através de atestado médico, e nos casos em que não houve justificativa, foi efetuado o desconto proporcional na folha de pagamento do respectivo Vereador.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

3. Em análise da execução do orçamento, verificamos o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, com exceção das seguintes:

Metas não atingidas no exercício de 2018
1.002 – Revitalização da Praça Pedro Gartner
1.012 – Aquisição de Imóvel para ampliação de áreas industriais
1.014 – Ação de monitoramento no centro da cidade
1031 – Construção de Complexos Esportivos
2.014 – Manutenção de veículos da Secretaria da Fazenda
2.042 – Programa de eletrificação rural
2.048 – Manutenção dos Centros Comunitários
2.069 – Manutenção dos órgãos de aconselhamento da educação
2.119 – Manutenção dos órgãos de aconselhamento a saúde e saneamento
2.121 – Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento social
2.137 – Manutenção dos órgãos de aconselhamento ao desenvolvimento econômico
2.140 – Programa de recuperação ambiental
2.147 – Manutenção dos órgão de aconselhamento a agricultura
2.197 – Manutenção de despesas com campanha de vacinação
2.208 – Viveiro Municipal
2.210 – Manutenção dos órgãos de aconselhamento a cultura
2.216 – Promoção do turismo
2.219 – Manutenção das atividades do Museu Municipal
2.239 – Promoção das agroindústrias e produtos coloniais
2.242 – Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde
2.260 – Manutenção de órgãos de aconselhamento a administração

4. No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:

a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

O Município não realizou no ano de 2018 operações de crédito.

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, bem como art.167, inciso III da Constituição Federal elaboramos os seguintes quadros demonstrativos:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$	26.291.076,98
Montante das Operações de Crédito Realizadas	R\$	0,00 (= 0,00% s/RCL)
Limite legal cfe.art.7º da Resolução 43/2001	R\$	4.206.572,32 (=16,0% s/RCL)
Limite legal cfe.art.59, § 1º,III da LRF	R\$	3.785.915,09 (=14,4% s/RCL)

Montante das Operações de Crédito Realizadas	A)	R\$	0,00
Despesas de Capital (Valor Liquidado)	B)	R\$	1.746.494,18
Despesas de Capital Insc.Restos a Pg (Vlr Liquidado)	C)	R\$	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	D)	R\$	0,00
Diferença (A – (B-C-D))		R\$	- 1.746.494,18

Verifica-se pelo acima exposto que o montante das operações de crédito realizadas em 2018 foi de R\$ 0,00, correspondendo a 0,00% da Receita Corrente Líquida, atendendo ao disposto na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Também verifica-se, para fins do art. 167, inciso III da Constituição Federal, que o total das Operações de Crédito não excedeu o montante das Despesas de Capital deduzidas dos incentivos fiscais a contribuintes.

b) OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (A R O):

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária em 2018.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

c) RESTOS A PAGAR:

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018 revela que restou saldo de empenhos a pagar no valor de R\$ 1.490.088,88. Este valor foi inscrito em restos a pagar processados. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31.12.2018 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exerc. Anter.	Adição/ Exclusão	
RECURSO LIVRE	10.106,78	590.105,21	0,00	0,00	1.216.791,00
MDE	423,00	95.435,42	0,00	0,00	96.109,98
FUNDEB	0,00	119.880,74	0,00	0,00	119.880,74
ASPS	8.603,08	380.840,29	0,00	0,00	392.498,43
RPPS	0,00	1.000,92	0,00	0,00	24.367.125,36
FNDE/PNAE-MERENDA ESCOLAR- FUND.	0,00	0,00	0,00	0,00	34,45
SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.640,00	21.578,89	0,00	0,00	32.543,16
COTA-PARTE MULTA DE TRÂNSITO - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	3.449,39
REDE DE CIDADANIA - PEAS	0,00	0,00	0,00	0,00	7,71
FNDE/PNAE – MERENDA ESCOLAR PRE ESCOLA	0,00	41,25	0,00	0,00	41,25
FNDE/PNATE – ENSINO MÉDIO	0,00	18,15	0,00	0,00	18,15
FUNDOPIMES – INFRAESTRUTURA FINANCIAMENTO	0,00	19.366,79	0,00	0,00	19.366,79
FUNDO MUNIC. DIREITOS CRIANÇA ADOLESC. – FUMDICA	0,00	3.944,00	0,00	0,00	13.818,14
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CONDOR	0,00	0,00	0,00	0,00	23,58
CONV. ESTADO - PAVIM. ESTRADA GERAL ESQUINA BECKER	30.630,06	0,00	0,00	0,00	30.941,04
FNDE/PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4,30	0,00	0,00	7,80
FNDE/PNATE - ENSINO INFANTIL	0,00	101,66	0,00	0,00	101,66
PEATE - EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	17.290,06	0,00	0,00	17.292,41
ALIEN. BENS MÓVEIS/IMÓVEIS - REC. SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	31,88
BRASIL CARINHOSO-APOIO A CRECHES	0,00	0,00	0,00	0,00	118,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

MELHORIA QUADRA ESP. R. BORGES MEDEIROS SICONV 027.574/2014 MESPORTES	0,00	2.412,33	0,00	0,00	13.017,66
BL/PSB/FNAS	0,00	1.177,50	0,00	0,00	2.367,25
BL/GSUAS/FNAS	0,00	798,00	0,00	0,00	2.745,38
ACESUASTRAB	0,00	0,00	0,00	0,00	107,28
BL/GBF/FNAS	0,00	205,00	0,00	0,00	209,62
CONVENIO AJ/024/18-DAER/CALCAMENTO E. BECK/PONT.	0,00	16.103,24	0,00	0,00	16.103,24
AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS C.R. 035223/2016 - MAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	14.528,49
AQUISIÇÃO DE MOBILIARIOM ESCOLAR PAR PROCESSO N. 23400009693201401	0,00	0,00	0,00	0,00	74.658,46
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	311.677,13
SEAPI/RS/AQUIS. INSUMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	41.509,62
SDR/AQUIS. EQUIP. AGRICULTURA FAMILIAR CONS.POPULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	36.895,20
REST. SALA PROCON	0,00	0,00	0,00	0,00	3,18
AQUISIÇÃO BRINQUEDOS DIDÁTICOS – INFANTIL – CONV. 710058/2008	0,00	0,00	0,00	0,00	20.388,63
FARMACIA BASICA – ESTADO	0,00	679,83	0,00	0,00	27.217,98
APOIO AS ESFs - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	35.427,04
CEO-Centros de Especialidades Odontológicas	0,00	4.607,50	0,00	0,00	28.777,56
EPIDEMIOLOGIA E VACINAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148,00
Rede Simpl. Abastec.-PROSAN	0,00	0,00	0,00	0,00	1.504,84
ATENÇÃO BÁSICA – PIES / NUCLEO DE APOIO A ATENÇÃO BASICA – NAAB/OFICINAS TEREPI.	0,00	10.076,55	0,00	0,00	103.111,40
PAB FIXO	0,00	36.602,56	0,00	0,00	418.193,33
PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE	0,00	11.703,02	0,00	0,00	13.118,96
LIMITE FINANCEIRO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	41.002,20	0,00	0,00	70.897,87
LIMITE FINANCEIRO DA VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	4.615,09	0,00	0,00	68.963,56
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	10.611,90	0,00	0,00	32.761,54
PSF SAÚDE DA FAMILIA – FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	564,79
PACS - AGENTES COM.DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	33.124,50
SAUDE BUCAL – FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.230,00
AQUISIÇÃO EQUIPAM. E MAT. PERMANENTE	0,00	9.540,00	0,00	0,0	132.853,83
CONSTRUÇÕES OU AMPLIAÇÕES	0,00	38.943,56	0,00	0,00	151.227,88
AQUIS. UNID. MOVEL SAUDE/VEICULOS EM GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RETENÇÕES FOLHA DE PAGAMENTO - EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	181.196,44
RETENÇÕES DIVERSAS - EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	13.746,53
TOTAL	51.402,92	1.438.685,96	0,00	0,00	28.260.478,11



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Analisando-se o quadro acima, que engloba os recursos do Executivo e os recursos do RPPS, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

5. No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23 das Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$	26.291.076,98
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$	12.053.242,54 = 45,85 % s/RCL
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	R\$	12.777.463,41 = 48,60% s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	R\$	13.487.322,49 = 51,30% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, “b” da LRF	R\$	14.197.181,57 = 54,00% s/RCL

6. A dívida consolidada líquida do município apresentou a seguinte posição em 31 de Dezembro de 2018 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida R C L	R\$	26.291.076,98
(I) Dívida Consolidada	R\$	169.201,47
(+) Dívida Contratual	RS	169.201,47
(+) Demais Dívidas	RS	0,00
Deduções		
(II) Deduções	R\$	4.466.953,09



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Disponibilidades de Caixa (exceto do RPPS)	R\$	3.758.595,74
(-) Obrigações Financeiras (exceto do RPPS)	R\$	708.357,35
(=) Dívida Consolidada Líquida	R\$	0,00
Limite de emissão de alerta cfe, art, 59, § 1º, III da LRF		28.394.363,14 =108% s/RCL
Limite legal cfe art.3º, II da Resolução 40/2001		31.549.292,37 =120% s/RCL

7. No exercício de 2018 houve a alienação de bens integrantes do ativo no valor total de R\$ 556.167,63. Deste valor R\$ 69.625,00 são relativos a alienação de frações de terras, conforme processo licitatório de concorrência pública 001/2018, cuja descrição se encontra no quadro a seguir. Já o valor de R\$ 492.763,47 é referente a alienação de lotes do Loteamento Costa Verde, considerando que o valor recebido corresponde ao recebimento das parcelas de pagamento dos lotes.

Ocorreu ainda no período alienação de bens intra-orçamentária no valor de R\$ 28.672,00, referente ao veículo PALIO FIRE WAY ano de fabricação 2015, placas IWZ 4674, conforme Empenho N° 3436/2018 o qual transfere o veículo da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural para a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social. Totalizando assim o valor de R\$ 584.839,63 referente a alienações de bens no período.

DATA	BENS ALIENADOS	VALOR
20/02/2018	Fração de terras de 16.000 m ² (dezesesseis mil metros quadrados) sem benfeitorias, situada a margem da BR 158, localizada na Linha Colônia Cash, interior do município de Condor.	R\$ 44.070,00
20/02/2018	Fração de terras de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados),	R\$ 25.555,000



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

	parte integrante de um todo maior de 40.000 m ² (quarenta mil metros quadrados) situado na Linha Mambuca, interior do município de Condor.	
--	---	--

8. Os limites de gastos do Poder Legislativo do Município, podem ser visualizados nos quadros a seguir:

a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, “a”)

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$	26.291.076,98
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses	R\$	602.219,30 = 2,29 % s/RCL
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF		1.419.718,16 = 5,40 % s/RCL
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF		1.498.591,39 = 5,70% s/RCL
Limite legal cfe art. 20, III, “b” da LRF		1.577.464,62 = 6,00% s/RCL

b) Limite da despesa com a remuneração dos Vereadores (Art. 29, VII da Constituição Federal)

Receita do Município	R\$	24.828.256,88
Remuneração dos Vereadores	R\$	380.379,31 = 1,53 % s/Receita do Município
Limite legal	R\$	1.241.412,84 = 5,00 % s/Receita do Município



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

c) Gastos totais do Poder Legislativo (Art. 59, VI da LRF e Art. 29-A da Constituição Federal)

Receita efetivamente realizada no exercício anterior cfe art. 29-A da Constituição Federal	R\$	22.775.049,37
População do Município		6.836 habitantes
Limite legal para gastos totais (7% da receita realizada no exercício anterior cfe. Art 29-A CF)	R\$	1.594.253,46
Gastos totais do Poder Legislativo Municipal	R\$	773.028,99 3,39 = % s/Receita Realizada no Exercício Anterior

d) Despesas com Folha de Pagamentos do Poder Legislativo (Art. 29-A, § 1º da Constituição Federal)

Limite Legal para gastos totais	R\$	1.594.253,46
Limite para Folha de Pagamentos	R\$	1.115.977,42 = 70,00 % do limite legal
Despesas com a Folha de Pagamentos	R\$	620.923,25 = 38,95 % do limite legal

9. Quanto à inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018 revela que restaram empenhos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

RECURSOS DISPONÍVEIS DA CÂMARA X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2018

Destinação de Recursos	Disponibilidade De Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade De Caixa Líquida (c) = (a - b)
Recurso Livre	26.917,27	16.780,57	10.136,70
Retenções Folha de Pagamento Executivo	5.486,45	0,00	5.486,45
Total	32.403,72	16.780,57	15.623,15

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10. Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício de 2018, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.

b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais.

c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais).

d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

- e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente.
- f) No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro e da Lei Municipal nº 803/95 de 02/06/1995.
- g) Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- h) No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.
- i) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS:

- 11) Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e revelação de saldo contábil.
- a) Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, das unidades gestoras da Prefeitura e RPPS, mediante a aplicação do seguinte teste:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos)	R\$	24.585.803,82
(+) Receita orçamentária realizada	R\$	33.315.691,32
(+) Movimentos de crédito no sistema financeiro	R\$	45.077.234,29
(-) Despesa Orçamentária realizada (liquidada)	R\$	29.227.560,78
(-) Movimento de débito no sistema financeiro	R\$	45.539.610,98
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12 (caixa e bancos)	R\$	28.211.557,67
(-) Valores Restituíveis e/ou Vinculados	R\$	1.752,03
(=) Saldos das Disponibilidades Líquidas	R\$	28.209.805,64

b) Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2018, das unidades gestoras da Prefeitura e RPPS:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Impostos, Taxas e Cont.de Melhoria	R\$ 2.958.030,00
Contribuições	R\$ 3.343.266,52
Exploração e Venda de Bens, Serv.e Direitos	R\$ 139.585,14
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 1.991.914,60
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 27.814.167,81
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc.de Passivos	R\$ 844.405,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 108.532,85
SOMA	R\$ 37.199.902,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
Pessoal e Encargos	R\$ 14.004.962,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 2.783.760,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 10.575.223,51
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 20.884,96
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 4.942.748,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 774.538,80
Tributárias	R\$ 318.654,77



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$	1.793.289,48
SOMA	R\$	35.214.062,89
(=) Resultado do Exercício (superávit)	R\$	1.985.839,45

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

c) Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo (anexo 14) foi aplicado o seguinte teste de revelação de saldo contábil, das unidades gestoras da Prefeitura e RPPS:

Saldo patrimonial do exercício anterior	R\$	23.591.013,37
(+) Resultado do Exercício	R\$	2.021.943,41
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$	390.658,08
(=) Total Do Patrimônio Líquido (31/12/2018)	R\$	25.222.298,70

Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Central do Sistema de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridas.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, nota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a uma entidade, visando a objetivos educacionais, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se que houve a devida prestação de contas dos recursos repassados.

É o relatório e parecer.

Condor, 29 de janeiro de 2019.

Aline Thielke

Agente de Controle Interno



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

**RELATÓRIO E PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A M.D.E.**

O Órgão de Controle Interno do Município, atendendo ao que determina o art. 113, inciso II, letra "b", da Resolução nº 544/2000, na redação da Resolução nº 591/2002 e alterada pela Resolução nº 962/2012, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, apresenta, o Relatório sobre a gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2018, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária anual nº 2.480/2017 estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, em R\$ 20.176.872,00.

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, caput do artigo 69 da Lei nº 9.394/96 e Lei Orgânica Municipal, artigo 196, o percentual a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (M.D.E.) é 25%, equivalente a R\$ 5.044.218,00 em relação à previsão da receita:

FONTE	PREVISTO	REC. VINCULADO (mínimo 25%)
ITR	525.554	131.388,50
IPTU	450.649	112.663,00
IRRF	481.058	120.262,50
ITBI	265.970	66.492,50
ISS	712.525	178.132,50
ICMS	8.295.800	2.073.950,00
IPVA	705.527	176.381,50
IPI - EXPORTAÇÃO	153.078	38.270,00
FPM	7.450.557	1.862.640,00
FPM COTA EXTRA	619.462	154.865,00
LEI COMP. 87/96	64.892	16.222,50
MULTA E JUROS IPTU	7.000	1.750,00
MULTA E JUROS ISS	5.000	1.250,00

MULTA E JUROS D.A. IPTU	110.000	27.500,00
MULTA E JUROS D.A. ISS	122.000	30.500,00
DIV. ATIVA IPTU	200.000	50.000,00
DIV. ATIVA ISS	7.800	1.950,00
SOMA	20.176.872	5.044.218,00

Fonte: Anexo VIII RREO

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Analizados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício financeiro de 2018, o montante de R\$ 5.776.618,23 o qual representa 25,00% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao artigo 212 da Constituição Federal, conforme demonstra-se a seguir:

a) Recursos Vinculados cfe art. 212 da CF e art. 69 da Lei Federal 9.394/96:

FONTE	ARRECADAÇÃO	REC. VINCULADO (mínimo 25%)
ITR	572.059,95	143.014,90
IPTU	659.758,12	164.942,28
IRRF	727.011,37	181.753,32
ITBI	244.729,24	61.182,36
ISS	600.807,98	150.205,02
ICMS	9.905.498,13	2.476.374,58
IPVA	1.105.155,19	276.288,81
IPI - EXPORTAÇÃO	686.346,86	171.586,77
FPM	7.413.358,43	1.853.339,32
FPM COTA EXTRA	650.495,63	162.623,91
LEI COMP. 87/96	59.698,12	14.924,50
MULTA E JUROS IPTU	731,00	183,12
MULTA E JUROS ISS	5.578,95	1.396,45
MULTA E JUROS ITBI	33,04	8,26
MULTA E JUROS D.A. IPTU	33.929,89	8.487,30
MULTA E JUROS D.A. ISS	148.753,42	37.188,83
DIV. ATIVA IPTU	155.560,54	38.894,67
DIV. ATIVA ISS	136.892,99	34.223,83
SOMA	23.106.398,85	5.776.618,23

Fonte: Anexo VIII RREO

b) Desempenho do FUNDEB:

O Município, no exercício de 2018, conforme o número de alunos matriculados no ensino fundamental e infantil, foi deficitário em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

1.7.5.8.01.1.1.00.00.00 – Transferências do FUNDEB	R\$ 3.906.607,32
1.0.0.0.00.00.00 – Dedução de Receita para o FUNDEB	R\$ 3.948.423,00
Resultado (DÉFICIT)	R\$ 41.815,68

Fonte: Anexo VIII RREO

Obs: 1: se o Município for superavitário em relação ao Fundeb, o valor do Superávit há que ser deduzido dos gastos com a educação, eis que este “ganho” deve ser aplicado além dos 25% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

2: se o Município for deficitário em relação do Fundeb, o valor do Déficit deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

c) Recursos de convênios e/ou auxílios:

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu, no exercício de 2018, recursos oriundos de auxílios e convênios, bem como recursos do salário educação, para serem empregados na educação municipal, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')				R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE REPASSES DO EXERCÍCIO NÃO EFETUADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA
	BRUTA			LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c)	(D) = (a – b+c)
FNDE/PNAE-Merenda Escolar Fundamental	42.370,99	42.336,54	0,00	34,45
FNDE/PNAE-Merenda Escolar Creche	20.781,79	19.046,29	0,00	1.735,50
FNDE/PNAE-Atendimento Educ.Especializado	1.638,15	1.591,60	0,00	46,55

PEATE-Educação Básica	175.757,50	177.479,96	0,00	-1.722,46
Salário Educação	353.766,38	318.752,00	0,00	35.014,38
FNDE/PNAT-Ensino Médio	6.001,09	5.950,54	0,00	50,55
FNDE/PNAT-Ensino Fundamental	39.406,02	39.344,10	0,00	61,92
FNDE/PNAT-Ensino Infantil	5.820,56	5.801,71	0,00	18,85
FNDE-MEC-PAC 2-Contrução Quadra Escolar	11.274,19	11.274,19	0,00	0,00
FNDE/Brasil Carinhoso- Apoio as Creches	118,00	0,00	0,00	118,00
FNDE/PNAE – MERENDA ESCOLAR – Pre esc.	16.854,00	16.854,00	0,00	0,00
APOIO FINANC.-RES. FNDE N 11/2018	47.643,79	47.643,79	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	721.432,46	686.074,72	0,00	35.357,74

d) Aplicação dos Recursos:

O gasto com a educação, compreendendo a despesa empenhada e liquidada na função 12, subfunções 361, 365, 367 e 368 no exercício de 2018, compreende o constante no balancete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

R\$ 1,00

		DESPESAS COMPUTÁVEIS		DESP. NÃO COMPUTÁVEIS
PROJETO / ATIVIDADE		MDE	FUNDEB	OUTRAS FONTES
1.031	Contrução de Quadras de Esportes	0,00	0,00	0,00
1.077	Aquisição de Veículos para o transporte escolar	182.830,73	0,00	56.569,27
2.051	Manut. Prédios Escol. - Ensino Fundamental	31.397,30	0,00	11.417,77
2.052	Manut. Atividades da Secretaria de Educação	410.269,25	0,00	7.071,50
2.053	Manut. e Desenvol. Ensino Fundamental	542.962,03	227.187,98	64.050,66
2.054	Manut. Programa de Mer. Escolar – E. Fund.	0,00	0,00	148.104,44
2.055	Manut. Programa de Mer. Escolar – E. Infant./Pré-Escola	0,00	0,00	38.838,70
2.056	Manut. do Transporte Escolar – E. Fundam.	891.367,73	54.268,91	277.711,31
2.057	Manut. de Prédios Escolares – E. Infantil	12.002,69	0,00	4.967,14
2.058	Manut. e Desenv. da Educação Infantil	116.432,06	0,00	2.049,24
2.059	Manut. do Transporte Escolar – E. Infantil	77.685,49	0,00	5.851,71
2.063	Manut. e Desenvol. Ensino Fund.-Rem.Profes.	0,00	2.650.165,10	0,00

2.076	Manut.e Conservação de Veículos da Sec.Mun.de Educação e Cultura	20.289,65	0,00	0,00
2.079	Manut.do Programa de Merenda Escolar-Educação Infantil (CRECHE)	0,00	0,00	48.644,53
2.080	Manut.do Programa de Merenda Escolar-Educação Infantil (AEE)	0,00	0,00	4.358,19
2.246	Manut. e Desenvolv. Da Educ.Infantil.- Rem.Profes.em Efet.Exerc.	0,00	310.060,74	0,00
2.247	Manut. e Desenvolv. Da Educ.Creche - Rem.Profes.em Efet.Exerc.	0,00	249.895,06	0,00
2.275	Manut. e Desenvolv. Da Educ.Infantil.- CRECHE	130.752,68	423.181,70	3.882,42
	TOTAL	2.415.989,61	3.914.759,49	673.516,88

Obs: a especificação dos Projetos /Atividades será de acordo com o previsto no orçamento do Município.

e) Despesas não computáveis:

Do total empenhado na função 12 – Educação, deverão ser excluídas as seguintes despesas uma vez que se referem a gastos não relacionados com a manutenção e desenvolvimento do ensino conforme a legislação vigente:

Especificação	Valor
Gastos com recursos de auxílios/convênios	323.997,70
Gastos com recursos próprios não classificáveis no estabelecido no art. 212 da CF.	30.767,18
Gastos com recursos do Salário Educação	318.752,00
TOTAL ----->	673.516,88

f) Apuração do índice de aplicação dos recursos:

R\$ 1,00

	Valores Despendidos	Art. 212 da CF 25%
MÍNIMO A APLICAR NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		5.776.618,23
1 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.320.010,42	
Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		983.137,50
Despesas Custeadas com Recursos de Impostos (MDE)		336.872,92
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.580.179,78	

Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		2.931.621,99
Despesas Custeadas com Recursos de Impostos (MDE)		1.648.557,79
368- EDUCAÇÃO BÁSICA	430.558,90	
Despesas Custeadas com Recursos de Impostos (MDE)		430.558,90
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE		
Receita de Aplicações Financeiras recursos do FUNDEB/MDE (-)		9.639,34
Déficit das Transferências do FUNDEB (+)		41.815,68
Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos (-)		0,00
ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE		32.176,34
TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS (MDE + FUNDEB)		6.330.749,10
VALOR APLICADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		6.362.925,44
PERCENTUAL APLICADO		27,88

Conclui-se, portanto, que foi aplicado o mínimo de 25,00% estabelecido no art. 212 da CF.

g) Aplicação dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício:

Recursos de Transferências do FUNDEB + JUROS	3.914.759,49
Base de Cálculo 60%	2.343.964,39
Pagamento de Profissionais do Magistério	
Ensino Fundamental	2.650.165,10
Educação Infantil	546.011,84
Total Despesa	3.196.176,94
Percentual aplicado	81,64

Fonte: PAD 2º Semestre/18

Verificando o cumprimento do art. 22º da Lei Federal 11.494/97 referente a aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, temos que o Município, efetivamente, no exercício de 2018, aplicou 81,64% dos recursos recebidos do Fundeb na "Remuneração dos Profissionais do Magistério" atendendo o dispositivo legal supra citado.

Para fins de verificação do cumprimento do disposto no art.60 do Ato das Disposições Constituições Transitórias (ADCT) verificou-se que, do total dos recursos aplicados na forma do art.212 da CF, 81,64% refere-se a despesas com pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, atendendo mínimo de 60% previsto.

h) Prestação de Contas e Atuação do Conselho do FUNDEB:

Verificamos que, mensalmente, o Poder Executivo enviou ao Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB, todos os dados e informações sobre os recursos recebidos e sua utilização.

Verificamos, também, mediante o exame das atas de reunião, a efetiva atuação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do F U N D E B os quais reuniram-se regularmente para analisar a aplicação dos recursos do fundo, em conformidade com o estabelecido na legislação.



PARECER

Tendo em vista o exposto, em que considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado em M.D.E., de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, era de R\$ 5.776.618,23.

Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas liquidadas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados, no valor de R\$ 6.362.925,44, montante que, confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de 27,88%, no exercício de 2018.

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados a M.D.E.

Condor, 29 de janeiro de 2019.

Central do Sistema de Controle Interno



Aline Thielke

Agente de Controle Interno



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDOR
Gabinete do Prefeito
Unidade Central de Controle Interno

**RELATÓRIO E PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE**

O Órgão de Controle Interno do Município, atendendo ao que determina o art. 113, inciso III, letra "b", da Resolução nº 544/2000, na redação da Resolução nº 591/2002 e alterada pela Resolução nº 962/2012 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório sobre a gestão dos recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2018, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária anual nº 2.480/2017 estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, em R\$ 20.176.872.

De acordo com o artigo art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a redação dada pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, o percentual a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde é de 15% em 2018, equivalente a R\$ 3.026.530,00 em relação à previsão da receita.

FONTE	PREVISTO	REC. VINCULADO (mínimo 15%)
ITR	525.554	78.832,50
IPTU	450.649	67.597,00
IRRF	481.058	72.157,50
ITBI	265.970	39.895,50
ISS	712.525	106.879,50
ICMS	8.295.800	1.244.370,00
IPVA	705.527	105.829,50
IPI - EXPORTAÇÃO	153.078	22.962,00
FPM	7.450.557	1.117.584,00
FPM COTA EXTRA	619.462	92.919,00
LEI COMP. 87/96	64.892	9.733,50
MULTA E JUROS IPTU	7.000	1.050,00
MULTA E JUROS ISS	5.000	750,00

MULTA E JUROS D.A. IPTU	110.000	16.500,00
MULTA E JUROS D.A. ISS	122.000	18.300,00
DIV. ATIVA IPTU	200.000	30.000,00
DIV. ATIVA ISS	7.800	1.170,00
SOMA	20.176.872	3.026.530,00

Fonte: Anexo XVI RREO

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Analizados os gastos com as ações e serviços públicos na área da saúde, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício financeiro de 2018, o montante de R\$ 3.465.940,78 o qual representa 15,00 % das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo o artigo 77 do A D C T, conforme demonstra-se a seguir:

a) Recursos Vinculados cfe art. 198, § 2º, III da CF:

FORTE	ARRECAÇÃO	REC. VINCULADO (mínimo 15%)
ITR	572.059,95	85.809,00
IPTU	659.758,12	98.961,20
IRRF	727.011,37	109.051,18
ITBI	244.729,24	36.709,36
ISS	600.807,98	90.118,26
ICMS	9.905.498,13	1.485.824,72
IPVA	1.105.155,19	165.773,27
IPI - EXPORTAÇÃO	686.346,86	102.952,01
FPM	7.413.358,43	1.112.003,78
FPM COTA EXTRA	650.495,63	97.574,34
LEI COMP. 87/96	59.698,12	8.954,70
MULTA E JUROS IPTU	731,00	109,23
MULTA E JUROS ISS	5.578,95	835,19
MULTA E JUROS ITBI	33,04	4,96
MULTA E JUROS D.A. IPTU	33.929,89	5.084,41
MULTA E JUROS D.A. ISS	148.753,42	22.312,64
DIV. ATIVA IPTU	155.560,54	23.329,26
DIV. ATIVA ISS	136.892,99	20.533,27
SOMA	23.106.398,85	3.465.940,78

Fonte: Anexo XVI RREO

b) Recursos de Convênios e/ou Auxílios:

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município recebeu, no exercício de 2018, recursos oriundos de auxílios e convênios para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEI- RAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
INCENTIVO ATENÇÃO BÁSICA	347.785,96	248.944,61	98.841,35
FARMÁCIA BÁSICA DO ESTADO	65.633,91	39.095,76	26.538,15
CEO-CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	90.563,58	43.867,92	46.695,66
PROSAN-REDES SIMPLIFICADAS ABASTECIMENTO ÁGUA	1.504,84	0,00	1.504,84
PAB FIXO – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	694.570,88	312.980,11	381.590,77
PSF – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - FEDERAL	204.124,75	203.559,96	564,79
PROGR. DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUALID.-PMAQ	239.469,64	218.708,95	20.760,69
PACS-PROGR.AGENTES COMUM.DA SAÚDE-FEDERAL	187.373,03	154.248,53	33.124,50
SAÚDE BUCAL - FEDERAL	31.220,00	28.990,00	2.230,00
TETO FINANCEIRO – SIA/SUS	225.666,82	195.127,15	30.539,67
TETO FINANCEIRO – EPIDEM.E AMBIENTAL - FEDERAL	87.793,99	22.595,52	65.198,47
PAB VISA – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA EM VIG.SANITÁRIA	18.616,46	18.616,46	0,00
FARMÁCIA BÁSICA F. E V. (HIP.DIAB.ASMA,RENITE,ETC)	60.602,74	38.453,10	22.149,64
AQUISIÇÃO EQUIP.E MAT.PERMAN.CONV.UNIÃO	266.948,83	143.635,00	123.313,83
CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO UNID.BÁSICAS DE SAÚDE	279.671,41	85.945,99	193.725,42
EPIDEMIOLOGIA E VACINAÇÕES	4.000,00	2.852,00	1.148,00
ESF – SAÚDE DA FAMÍLIA / SAÚDE NA ESCOLA	477.746,35	442.319,31	35.427,04
PIM – PRIMEIRA INFANCIA MELHOR	4.000,00	4.000,00	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	58,80	58,80	0,00
AQUIS. UNID. MOVEL SAUDE / VEICULOS EM GERAL	100.000,00	0,00	100.000,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.387.351,99	2.203.999,17	1.183.352,82

Aplicação dos Recursos:

Os gastos com ações e serviços públicos na área da saúde, realizados pelo Município em 2018, compreendendo as despesas empenhadas na função 10, de acordo com o cons-

tante no balancete da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

R\$ 1,00				
		DESPESAS NÃO COMPUTÁVEIS		DESP. COMPU- TÁVEIS
PROJETO / ATIVIDADE		CONVÊNIOS /TRANSF.	REC.LIVRES	ASPS
1.056	Construção de Unidades Básicas de Saúde	85.945,99	0,00	0,00
1.070	Aquisição de Veículos e Unidades Móveis de Saúde	96.820,89	0,00	101.579,11
1.100	Apoio Financeiro a Soc.Hosp.Benef.de Condor	0,00	100.000,00	0,00
2.096	Manutenção do Sistema Municipal de Saúde	1.705.655,77	0,00	4.562.233,32
2.097	Programa de Incentivo as Ações de Vigilância Sanitária	24.041,46	0,00	60.423,18
2.098	Manutenção dos Prédios/Ambulatoriais e Unidades de Saúde	36.298,31	0,00	6.286,19
2.099	Programa de Medicamentos	77.548,86	0,00	389.184,83
2.100	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde e Saneamento	0,00	1.250,00	483.966,30
2.102	Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Médicos, Odontológicos, Ambulatoriais.	168.970,70	0,00	2.177,38
2.105	Manutenção e Conservação de Veículos	30.552,54	0,00	223.780,81
2.226	Manutenção do Programa de Epidemiologia	11.664,17	0,00	752,40
2.283	Transferência para despesas do Consórcio CISA Município participante	0,00	0,00	29.758,55
	TOTAL	2.237.498,69	101.250,00	5.860.142,07

Obs: a especificação dos Projetos /Atividades será de acordo com o previsto no orçamento do Município.

d) Despesas não computáveis:

Do total empenhado na função 10 – Saúde, existem despesas a serem excluídas no valor de R\$ 2.338.748,69 pois não se relacionam com ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe o art. 8º da Portaria MS nº 2.047 de 05/11/2002.

e) Apuração do Índice de Aplicação dos Recursos:

Especificação	Valor
Total das Receitas Vinculadas	22.822.995,20
Valor mínimo a ser aplicado em A S P S (mínimo 15% em 2018)	3.423.449,28
Total das despesas empenhadas na saúde	8.198.890,76
Liquidação RAP de anos anteriores	0,00
(-) Despesas realizadas com recursos de auxílios e convênios	2.237.498,69
(-) Despesas não computáveis	133.957,96
(=) Valor Total Aplicado	R\$ 5.827.434,11 = 25,53%

f) Constituição do Fundo de Saúde:

Verificamos que o Poder Executivo constituiu Fundo de Saúde, conforme a Lei Municipal nº 496/91, de 12/06/1991, cujos recursos são fiscalizados pelo Conselho Municipal de Saúde, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - A D T C.

Verificamos, também, conforme extratos bancários que estão ocorrendo as transferências obrigatórias para o Fundo Municipal de Saúde, incidentes sobre as receitas fiscais vinculáveis à saúde.

g) Prestações de Contas:

Foi efetuada a prestação de contas e encaminhado o relatório de gestão ao Ministério da Saúde mediante o encaminhamento da documentação para a Secretaria Estadual de Saúde, referente as verbas repassadas diretamente pelos Fundos Nacional e Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde a aos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, para a execução de programas e projetos específicos.

Estão sendo realizadas as audiências públicas trimestrais para avaliação (Lei 8.080/90 e Decreto nº 1651/95, art. 9º).



PARECER

Tendo em vista o exposto, e considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado em A S P S, de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, seria de R\$ 3.465.940,78.

Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, no valor de R\$ 5.827.434,11 montante que, confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de 25,53%, no exercício de 2018.

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados ao A S P S.

Condor, 29 de Janeiro de 2019.

Central do Sistema de Controle Interno



Aline Thielke

Agente de Controle Interno